



BNP PARIBAS

(Continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

11.3.1 Movimentação dos passivos contingentes

Descrição	31.12.2014			31.12.2013	
	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total	Total
Saldo inicial no semestre	331.885	8	28.897	360.790	302.774
Constituição	16.114	-	2.100	18.214	25.350
Reversão	(4.800)	(4)	(1.522)	(6.326)	(607)
Pagamento	(442)	-	(120)	(562)	(795)
Atualização monetária	14.414	-	647	15.061	10.562
Total 2014	357.171	4	30.002	387.177	337.284
Total 2013	312.482	7	24.795	337.284	278.824

Os passivos contingentes classificados como perda possível e remota não são reconhecidas contabilmente e estão representados por processo de natureza cível e trabalhista. Em 31 de dezembro de 2014, os riscos considerados como de perda possível e remota montam em R\$151.849 (R\$25.871 em 2013).

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1 Capital social

O capital social é representado por 166.829 ações ordinárias sem valor nominal, totalmente integralizadas.

12.2 Destinação de resultados

Conforme definido no Estatuto Social do Banco são assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 5% sobre o lucro líquido ajustado conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

O resultado apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 no valor de R\$109.562 foi integralmente destinado, sendo R\$5.478 a título de Reserva Legal; conforme Estatuto Social; R\$21.000 a título de Juros sobre Capital Próprio (R\$14.000 pagos em 2014), cuja opção pela sua distribuição proporcionou uma redução na despesa de imposto de renda e contribuição social de

R\$8.400 no exercício, e por deliberação dos acionistas controladores o restante foi distribuído a título de dividendos no valor de R\$83.084.

12.3 Aumento de capital

Houve aumento de R\$525 a título de aumento do capital utilizando a Reserva de lucros, sem a emissão de novas ações e proporcionalmente à participação detida por cada acionista.

13. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

As outras receitas operacionais são compostas basicamente; por receitas de atualização de contingências de R\$11.057 (R\$30.256 em 2013), comissão de adiantamento a fornecedor R\$9.886, variação cambial de banqueiro no exterior de R\$14.850 e ordem de pagamento de R\$18.622.

As outras despesas operacionais são compostas basicamente por constituição e atualização de contingências de R\$11.057 (R\$30.256 em 2013), comissão de adiantamento a fornecedor R\$9.886, variação cambial de banqueiro no exterior de R\$14.850 e ordem de pagamento de R\$18.622.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações	200.715	280.304
(-) Participação dos empregados no lucro	(59.465)	(52.585)
(-) Juros sobre capital próprio	(21.000)	(64.000)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	120.250	163.719
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(48.100)	(65.487)
Ajustes decorrentes da legislação fiscal:		
Exclusões (adições) permanentes		
Resultado de equivalência patrimonial	3.078	4.180
Dividendos	17.777	20.282
Receitas não tributáveis/Despesas indedutíveis, doações e incentivos	(4.443)	1.022
Total	(31.688)	(40.003)

As transações com partes relacionadas nas empresas do Grupo BNP Paribas estão demonstradas, conforme quadro abaixo:

Descrição	31.12.2014		31.12.2013		Descrição	31.12.2014		31.12.2013	
	Ativo/Passivo	Receita/Despesa	Ativo/Passivo	Receita/Despesa		Ativo/Passivo	Receita/Despesa	Ativo/Passivo	Receita/Despesa
Disponibilidade em moeda estrangeira	940	-	32.161	-	BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	33	-	36	-
BNP Paribas S.A. Paris	-	-	(29.341)	-	BNP Paribas Participações e Serviços Ltda.	5	-	-	-
BNP Paribas S.A. Londres, Montreal, Hong Kong e Tokyo	-	-	(2.820)	-	Depósitos a Prazo	(63.180)	(3.944)	(28.142)	(4.560)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.050.493	525.253	4.604.221	379.400	BNP Paribas Participações e Serviços Ltda.	87	9	-	-
Cetelem Brasil S.A. C.F.I.	-	-	(1.544.540)	(139.828)	Arval Brasil Ltda.	63.093	3.935	28.142	3.604
Banco Cetelem S.A.	(4.050.493)	(525.253)	(3.059.681)	(239.572)	Petits Champs Participações e Serviços	-	-	-	956
Arrendamento mercantil	141.342	25.075	284.185	44.517	Depósitos Interfinanceiros	-	(4.858)	-	(5.667)
Arval Brasil Ltda.	(141.342)	(25.075)	(284.185)	(44.517)	Banco Cetelem S.A.	-	4.858	-	-
Serviços Prestados a Receber	3.994	1.966	2.028	2.028	Cetelem Brasil S.A. C.F.I.	-	-	-	5.667
Arval Brasil Ltda.	(3.994)	(1.966)	(2.028)	(2.028)	Obrigações por operações compromissadas	(24.588)	(2.664)	(17.639)	(1.874)
Devedores diversos - exterior	42.648	37.441	19.930	36.982	Banco Cetelem S.A.	24.588	2.664	17.639	1.874
BNP Paribas S.A. - Nova York	-	(270)	(790)	(1.813)	Obrigações por empréstimos e repasses	(2.731.483)	(338.580)	(1.876.612)	(194.200)
BNP Paribas S.A. - Colômbia	(489)	(3.254)	(2.200)	(1.100)	BNP Paribas S.A. (Paris, Nova York e Suisse)	2.731.483	338.580	1.876.612	194.200
BNP Paribas S.A. - Singapura	-	-	(226)	(427)	Outras obrigações - Valores a pagar sociedade ligadas	(1.368)	-	(1.353)	-
BNP Paribas S.A. Paris	(42.159)	(33.917)	(16.714)	(33.642)	BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	1.368	-	1.353	-
Depósitos à vista	(3.081)	-	(1.237)	-	Outras obrigações - Divida subordinada	(349.881)	(57.699)	(308.564)	(53.479)
Arval Brasil Ltda	2.994	-	1.056	-	BNP Paribas S.A. (Paris)	349.881	57.699	308.564	53.479
Cetelem Brasil S.A. C.F.I.	-	-	145	-	Outras obrigações - Divida subordinada pendente de autorização	(476.499)	(84.070)	-	-
Banco Cetelem S.A.	49	-	-	-	BNP Paribas S.A. Bélgica	476.499	84.070	-	-

15.5 Lei 12.973 (anterior Medida Provisória nº 627)

Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627, que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida Lei nº 12.973/14 dispõe, entre outros assuntos, sobre a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

Em 2014 o Banco não optou pela adoção antecipada da Lei nº 12.973/14 e consideramos que a referida Lei não acarreta efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis da Instituição quando de sua adoção.

16. RISCO OPERACIONAL

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. mantém continuamente o seu processo de análise e monitoramento dos controles internos, incluindo o risco operacional. Com relação ao cálculo da parcela de capital alocada para cobertura dos riscos operacionais, o Banco manteve a metodologia de abordagem básica (BIA), de acordo com as normas do Banco Central do Brasil. O aprimoramento constante das práticas de Governança Corporativa e o investimento contínuo na evolução dos processos e dos controles são objetivos permanentes da Administração. O relatório completo sobre a gestão do risco operacional no Banco BNP Paribas Brasil S.A. está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

17. RISCO DE CRÉDITO

O Banco, em aderência ao disposto pelo Banco Central do Brasil, designou um diretor responsável pelo gerenciamento de risco de crédito.

Esse diretor, bem como a área de gestão do risco de crédito atuam de forma independente das áreas de negócios e são responsáveis pela aplicação da política de monitoramento de risco de crédito, pela classificação e controle dos riscos de crédito, em conformidade com as regulamentações, assegurando um nível de risco aceitável da carteira de crédito do Banco.

A área de Risco de Crédito do Banco está inserida na estrutura global de risco de crédito do Grupo BNP Paribas e dispõe de um time de especialistas dedicados exclusivamente ao atendimento desses objetivos.

O relatório completo sobre a gestão do risco de crédito no Banco está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

18. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO

O Banco emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado. O Banco identifica, supervisiona e controla de forma eficaz cada fator de risco no intuito de permitir que oscilações bruscas dos parâmetros de mercado possam ser absorvidas sem comprometer os objetivos de médio e longo prazo da instituição no Brasil.

De acordo com as normas do Banco Central do Brasil, o Banco nomeou um diretor responsável pelo risco de mercado. Esse diretor em conjunto com a área de gerenciamento do risco de mercado, que funciona independentemente das áreas de negócios, são responsáveis pela administração da política de monitoramento de risco de mercado, a aprovação de planos de trabalho/ações que envolvam novas metodologias, a validação dos novos produtos e as decisões sobre a adoção de ferramentas para a gestão dos riscos. A área de Risco de Mercado conta com uma equipe de profissionais dedicados exclusivamente a estas tarefas e inseridos na estrutura global de risco de mercado do Grupo BNP

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

15.1 Compromissos, garantias e outras responsabilidades

As garantias prestadas a terceiros, compreendendo avais, fianças e outros, totalizam R\$4.598.909 (R\$4.008.086 em 2013) e estão registradas em contas de compensação.

O Banco, observando suas diretrizes de gerenciamento de riscos e considerando a conjuntura econômica atual e os riscos específicos de tais operações, constituiu provisão para perdas no montante de R\$97.571 (R\$138.436 em 2013) registrada em Outras Obrigações - Diversas (vide nota 11.3).

15.2 Administração de recursos de terceiros

O Banco administra recursos de terceiros por meio de fundos de investimento e de carteiras administradas. O montante de recursos administrados totaliza R\$26.975.550 (R\$28.481.641 em 2013).

15.3 Operações vinculadas

Em 2014 as operações de crédito amparadas pela Resolução BACEN nº 2.921/02 e normas posteriores estão assim representadas:

Descrição	31.12.2014		
	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)
			Variação cambial
Adiantamento sobre contrato de câmbio	8.399	-	-
Empréstimos no exterior	-	9.597	(1.178)
Juros			323

15.4 Transações com partes relacionadas

15.4.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Banco é administrado por uma Diretoria, formada por um Diretor-Presidente, Diretores Vice-Presidente e Diretores sem designação específica. A remuneração atribuída aos Diretores no exercício que representam benefícios de curto prazo foi de R\$7.677 (R\$12.455 em 2013), benefícios de longo prazo de R\$1.902 (R\$7.495 em 2013).

15.4.2 Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento a deliberação nº 642/2010 da Comissão de Valores Mobiliário - CVM e Resolução nº 3.750/2009 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

Paribas. O relatório completo sobre a gestão do risco de mercado no Banco está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

19. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A estrutura de gerenciamento de capital instituída pelo BNPP Brasil é composta pelo Comitê de Monitoramento de Capital (CMC) que atua com apoio das áreas de Finanças, Compliance, Tesouraria e Gestão de Liquidez, Risco de Mercado e Risco de Crédito, entre outras. O CMC mantém políticas e procedimentos que buscam observar as melhores práticas de governança corporativa e atuar em conformidade com as determinações estabelecidas pelos Órgãos Regulatórios. A estrutura de gerenciamento de capital abrange os impactos no capital do Conglomerado Financeiro e do Conglomerado Prudencial. O relatório completo sobre a gestão de capital do BNPP BR está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

20. RISCO DE LIQUIDEZ

O Banco BNP Paribas Brasil S.A., em conformidade com a regulamentação do Banco Central do Brasil, designou um diretor responsável, bem como estabeleceu uma estrutura apropriada para o gerenciamento do risco de liquidez.

Com a aplicação de rígidos padrões locais e globais, além de indicadores de controle e adequado nível de reporte, a gestão de liquidez do Banco visa continuamente cumprir com as determinações regulatórias, honrar seus compromissos com os clientes/mercado, apoiar a estratégia de desenvolvimento do Banco BNP Paribas Brasil S.A., manter o menor custo possível e lidar com eventuais crises de liquidez.

O relatório completo sobre a gestão do risco de liquidez no Banco BNP Paribas Brasil S.A. está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

Marcelo Marques Sellan - Contador - CRC 1SP213451/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Srs. Administradores

Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequação apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. registra as operações e elabora as suas informações contábeis com observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência (ou insuficiência) de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota 2). Essas

práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante, realizável a longo prazo e rendas/despesas de operações de arrendamento mercantil, mas propiciam a apresentação do resultado e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, com exceção do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BNP Paribas Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 23 de março de 2015.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA SEGUNDO SEMESTRE DE 2014

Introdução

Os membros do Comitê de Auditoria, em atendimento às disposições regulamentares vigentes e de seu Regulamento Interno de 14 de julho de 2004, apresentam Relatório de suas atividades desenvolvidas no segundo semestre do ano de 2014, no âmbito do Banco BNP Paribas Brasil S.A. (BNPP BR).

O Comitê de Auditoria do BNPP BR é um órgão estatutário e foi instituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2004. Iniciou os seus trabalhos em 1º de julho de 2004, estando composto atualmente por quatro membros, todos diretores nomeados pela Diretoria Executiva e aprovados pelo Banco Central do Brasil. Também conta com a participação de especialistas, responsáveis pela área de Compliance, Auditoria Interna e Supervisão Bancária.

Na forma da regulamentação vigente, cumpre ao Comitê de Auditoria avaliar a transparência e a qualidade das demonstrações financeiras, a efetividade dos sistemas de controles internos da Sociedade e das suas Auditorias Interna e Externa. As suas análises e conclusões são baseadas única e exclusivamente nas informações recebidas dos organismos de controle existentes na Instituição. Não há trabalhos de campo realizados pelos membros desse Comitê, ainda que a maioria dos membros exerça também funções executivas na organização e que isso facilite o entendimento das questões tratadas durante as reuniões do Comitê de Auditoria.

Por não possuir função executiva, cabe ao Comitê de Auditoria, diante das informações que lhe são apresentadas pelas áreas de controles internos da Instituição e pelas demais convocadas, oferecer à Diretoria Executiva as sugestões de melhoria que entende necessárias, ficando a critério exclusivo desta acolhê-las ou não. O Comitê, representado por seu membro coordenador, apresentou à Diretoria Executiva da Instituição o resumo de suas atividades e as principais ocorrências verificadas durante o segundo semestre de 2014.

Dentro da sistemática regulamentar vigente, o Comitê de Auditoria reuniu-se duas vezes durante o segundo semestre (reuniões 71 e 72). Tais reuniões estão representadas por atas específicas que permanecem à disposição do Banco Central do Brasil. No âmbito das suas atribuições e a partir das informações recebidas, o Comitê de Auditoria não constatou durante o ano de 2014 problemas nos controles internos da Instituição que pudessem afetar significativamente suas demonstrações financeiras ou a continuidade de seus negócios, tampouco a ocorrência de fraudes de qualquer natureza ou valor. Também merece registro o fato de que as atividades do Comitê, a exemplo do que ocorreu desde sua implantação, foram livremente conduzidas por seus membros, sem que qualquer obstáculo tenha sido oferecido pela Direção da Sociedade ou por qualquer de seus prepostos ao livre e independente encaminhamento de suas atividades.

Ouvیدoria

O nível de reclamações apresentado à Ouvidoria continua muito baixo. A exemplo do que vem ocorrendo ano após ano, a Instituição, através dos órgãos internos, tem demonstrado grande habilidade na solução rápida e eficiente dos problemas apresentados pela clientela, fornecedores e terceiros em geral. Esse baixo nível de reclamações comprova também que as operações da Instituição com os seus clientes são realizadas com elevado padrão de qualidade. Foram apresentados regularmente aos membros do Comitê relatórios das atividades da Ouvidoria no segundo semestre de 2014 em que se constatou que nenhuma reclamação chegou a lhe ser apresentada diretamente, evidenciando que os canais habitualmente utilizados pelos clientes para a solução de problemas ordinários estão atuando corretamente. No mesmo período, nenhuma reclamação de clientes em face da Instituição foi registrada no Sistema de Reclamações do Banco Central do Brasil.

Esse alto nível de excelência no atendimento das questões apresentadas hodiernamente também pode ser comprovada pelo encerramento de mais um semestre sem que qualquer ação fosse movida pelos clientes contra a Sociedade.

Relatório de Controles Internos

O Comitê de Auditoria também tomou ciência do Relatório sobre o Sistema de Controles Internos aprovado pelo Diretor responsável nos termos da regulamentação vigente, do qual pôde-se inferir que os sistemas e procedimentos de controle da Instituição foram regularmente avaliados e que não foram constatadas falhas que pudessem influenciar significativamente as demonstrações financeiras da Sociedade. Foi observado ainda que os esforços empregados no atendimento das recomendações feitas por sua Auditoria Interna têm produzido os resultados esperados, permitindo que a Instituição encerrasse o segundo semestre de 2014 sem nenhuma recomendação considerada de alto risco aberta, segundo os critérios de classificação adotados pela Auditoria Interna da Instituição. A esse respeito, o Comitê de Auditoria constatou redução substancial do nível de recomendações das Auditorias Interna ou Externa ainda abertas, em linha com as claras recomendações feitas a respeito pela Direção da Entidade.

Vale notar que a estrutura de controles internos do Banco BNP Paribas no Brasil é estabelecida dentro de um framework que estabelece uma clara definição de responsabilidades, com todos os procedimentos internos já mapeados e em sua grande maioria devidamente suportados por manuais, uma objetiva segregação de funções, onde quem efetua a transação não a registra, não a controla e nem a liquida, associada a uma separação física e lógica das áreas cujas atividades possam produzir conflitos de interesses, possibilitando um eficiente processo de supervisão.

Demonstrações Financeiras

Nas reuniões que realizou, o Comitê de Auditoria recebeu do responsável da área de Contabilidade da Sociedade todas as explicações solicitadas acerca das demonstrações financeiras do semestre, tanto no formato usual apoiado nos pronunciamentos contábeis brasileiros ("Brazilian Gaap"), quanto no formato IFRS, previsto nas normas internacionais divulgadas pelo IASB-International Accounting Standards Board, tendo o Comitê concluído que, em ambos os casos, as demonstrações financeiras apresentavam consistência, qualidade e clareza necessárias. Como habitualmente ocorre, essas demonstrações foram apresentadas em detalhes, notadamente em suas principais mutações, que foram comparadas com as demonstrações anteriores, permitindo concluir pela consistência das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2014.

O nível de provisionamento para contingências vem se mostrando satisfatório. A Sociedade cautelosamente constituiu provisão adicional às consideradas obrigatórias sobre a carteira de crédito, que apesar disso continua a apresentar excelente performance. No final de dezembro de 2014, as regras para constituição dessas provisões adicionais foram estabelecidas e um Comitê específico para avaliação trimestral das mesmas foi constituído, do qual faz parte a alta Direção da Sociedade e de profissionais especializados. As regras acima mencionadas contaram com a aprovação da empresa de auditoria independente.

Os processos tributários mais relevantes encontram-se amparados por depósitos judiciais, exceção feita aos casos em que a possibilidade de perda foi considerada remota pelos advogados da Sociedade. O número de reclamações trabalhistas contra a Sociedade continua baixo no encerramento do segundo semestre de 2014 e cujos valores, mesmo somados, não são significativos.

Não há processos judiciais ou administrativos movidos contra a Sociedade ou seus diretores, por qualquer autoridade reguladora do Mercado Financeiro ou de Valores Mobiliários.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria também se reuniu com a Auditoria Interna que reportou-lhe os resultados e as principais conclusões de seus trabalhos executados até outubro de 2014, a exemplo do que

ocorreu com o semestre anterior. Questionada especificamente sobre as demonstrações financeiras, a responsável pela Auditoria esclareceu não ter sido identificado nas missões que realizou qualquer problema nos controles da Sociedade que pudesse por em risco a qualidade das respectivas demonstrações financeiras. Esclareceu também que tem desempenhado suas funções sempre com absoluta independência, não tendo sido imposta qualquer restrição ao seu trabalho pelos demais prepostos da Instituição ou por sua Diretoria Executiva.